

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA Nº 11, REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 1993.

Aos vinte e dois dias do mês de abril, do ano de mil novecentos e noventa e três, às dezenove horas e trinta minutos, reuniu-se ordinariamente o Poder Legislativo, em sua Sede, sob a Presidência do vereador Roque Danilo Exner, estando ainda presentes os seguintes edis: Francisco Exner, Agenor Eloir Schmidt, José Führ, Arlindo Vogel, Renato José Schneider, Carlos Henrique Schaeffer, Mauro Moacir Diefenbach e João Adelmo Welter. O Presidente declarou aberta a Reunião e solicitou de imediato ao Secretário da Mesa Diretora, vereador Renato José Schneider, a procedência da leitura da Ata da Reunião anterior, Colocada em discussão, não houve objeções, sendo aprovada por unanimidade.

CORRESPONDÊNCIA RECEBIDA - Do Poder Executivo o ofício de nº 131/Gab/93 encaminhando o Projeto de Lei que excepcional, para o ano em curso o prazo de encaminhamento e devolução dos Projetos de Lei de natureza orçamentária. Da Assembléia legislativa, o diário da Assembléia.

ORDEM DO DIA - O Executivo havia solicitado no ofício que o Projeto de Lei nº 37/93, que excepciona para o ano em curso, o prazo de encaminhamento e devolução dos Projetos de Lei de natureza orçamentária, fosse votado nessa Sessão e como o Prefeito se fazia presente, foi solicitado ao mesmo que fizesse uma explanação do referido. Disse o Prefeito que pelo Projeto de Lei, o legislativo estava simplesmente autorizando o Poder Executivo a enviar para a Câmara o Plano Plurianual, as Diretrizes Orçamentárias e o Orçamento Anual até trinta (30) de outubro para serem devolvidas para sanção, até trinta (30) de dezembro. Já que o prazo de entrega da primeira (1ª) se esgotaria em trinta (30) de abril. Que com apenas quatro (4) meses de Prefeitura instalada não se podia prever os valores a serem arrecadados durante o ano. Portanto estava pedindo um prazo maior, para poder elaborar de uma forma mais precisa os orçamentos. Foi nomeado relator do Projeto, o vereador José Führ, dizendo esse que, só pretendia dar seu parecer na próxima reunião, mas como o Prefeito havia explicado bem o teor do Projeto, daria seu parecer nessa, que era favorável ao referido. O vereador Arlindo Vogel também disse que, sempre, deste o início do ano era a favor de se votar os Projetos na reunião seguinte a qual eles entravam na Câmara, mas como nesse caso o Prefeito não havia deixado dúvidas, também era a favor do referido. Sendo o Projeto aprovado por unanimidade em primeira (1ª) votação. No que concerne ao Projeto de Lei nº 34/93, que dá nova redação ao artigo 2º da Lei Municipal nº 15, de 28 de janeiro de 1993, cujo relator indicado foi o vereador José Führ, pediu o mesmo ao Prefeito que desse uma explicação mais detalhada sobre o mesmo, antes de dar seu parecer. O Prefeito explicou que esse Projeto só incluía ao artigo segundo (2) da lei Municipal nº 15, de 28 de janeiro de 1993, o termo, hospedagem dos operadores da perfuratriz. O vereador José Führ quis saber o valor a ser pago de hospedagem, já que não era apresentado no Projeto. O Presidente entrevistou, dizendo que os operadores estavam hospedados na sua casa e que não havia combinado preço com o Executivo, mas que considerando os gastos, achava que no mínimo precisaria receber Cr\$ 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros) por mês. Após essa explanação, o vereador José Führ, em seu parecer se manifestou favorável ao Projeto. Sendo o referido aprovado por sete (7) votos a um (1). Estando em contrário o vereador Arlindo Vogel, dizendo que achava que os operadores estavam recebendo diárias e que, portanto poderiam pagar suas despesas foi permitida a palavra ao Prefeito, o qual disse que os operadores da perfuratriz não recebiam nenhuma diária, que eles eram funcionários de uma empresa particular, contratada pelo Estado e que somente recebiam sua remuneração mensal. E que uma das cláusulas do contrato firmado com o Estado dizia que o Município era encarregado da alimentação e hospedagem dos operadores. No que se refere ao Projeto de Lei nº 36/93, que concede reajuste salarial aos servidores Municipais, e dá outras providências, o relator do referido, vereador Carlos Henrique Schaeffer em seu parecer se manifestou favorável ao mencionado, sendo o Projeto aprovado por unanimidade em primeira (1ª) votação. Votados todos os Projetos de Lei, o Presidente colocou em votação o Projeto de Resolução nº 03, que concede aumento salarial ao Assessor Legislativo, sendo o mesmo aprovado por unanimidade em primeira (1ª) votação.

EXPOSIÇÕES PESSOAIS - O vereador Mauro Moacir Diefenbach aproveitou o momento, para perguntar ao Prefeito qual a situação da falta de professor de português na Escola Estadual de 1º Grau Guilherme Exner. O Prefeito disse que o Governador enviou Projeto para a Assembléia legislativa, pelo qual o Governo do Estado pode contratar professores em caráter emergencial e que o prazo para apreciação pela Assembléia, era até o dia vinte e dois (22) de

abril. E que o Município está cedendo para a Escola acima mencionada, seis (6) professores e mais um (1) estagiário e que até o momento, o Estado ainda, não havia repassado nenhuma verba para pagar esses professores, mas mesmo assim o Município estava pagando-os. Ainda disse o Prefeito que o Município não tem professor de português para ceder, senão iria cedê-lo para solucionar o problema. Disse também que a Direção da Escola teria que ter entrado em contato com a 2ª DE em São Leo que há, mas que isso não ocorreu. O Prefeito fez a ressalva de que na Escola Mathias Schütz faltavam dez (10) professores. E que a solução do problema poderia ser o professor Jorge Knorst, o qual estava a lecionando na Escola Mathias Schütz. Que ele como professor de história estava habilitado a lecionar como professor de português. Havia ido para Ivoti dar aula na Escola anteriormente mencionada por não ter sido aceito pela Direção da Escola Guilherme Exner para lecionar como professor de português nessa escola. O Prefeito ainda disse que contava com o bom senso da Direção da Escola Guilherme Exner para solucionar o mais breve possível esse problema. O vereador Arlindo Vogel disse que certamente se o Secretário da Educação tivesse marcado uma reunião com a Direção da Escola, como ele havia solicitado já se teria encontrado a solução. O Prefeito disse que não cabia ao Município marcar reuniões, quando a escola envolvida era Estadual, pois quem reunião deveria ter sido marcada pela direção da Escola. O vereador Renato José Schneider, perguntou ao Prefeito ele como estava andando a questão da espera dos alunos a noite após a aula, para serem levados a seus lares. O Prefeito respondeu dizendo que estavam estudando todas as medidas possíveis para resolver a questão. Que estavam tratando com a Socaltur para que o ônibus venha direto de Ivoti para Presidente Lucena após o período de aula, o que já reduziria o tempo de espera dos alunos e quase meia hora. O Prefeito também disse que se a Prefeitura tivesse condições, iria adquirir um micro-ônibus para levar e trazer os alunos que estudam em Ivoti, mas que de momento não havia a possibilidade. O vereador Arlindo Vogel disse que ouviu no rádio a notícia de que o Governo Federal havia liberado Cz\$ 280.000.000.000,00 (duzentos e oitenta bilhões de cruzeiros) para a Secretaria da Educação, e que poucos Municípios haviam apresentado projetos para receber dessa verba. Prefeito disse que havia sido liberado um valor bem superior pelo Governo e que a verba não era destinada ao setor de transporte de alunos, mas mesmo assim iriam levar, além do Projeto da Educação, outro pede liberação de verbas para a compra de um micro-ônibus, pois que talvez toda verba liberada pelo Governo não seria gasta e fosse atendida mais essa reivindicação. Ainda disse o Prefeito que o Município vai gastar com educação nesse ano cerca de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros). Foi perguntado ao Prefeito se a Prefeitura iria adquirir em breve caminhões caçamba. O Prefeito respondeu que estava tudo acertado e que iriam receber um caminhão na sexta-feira dia vinte e três (23) de abril ou segunda-feira dia vinte e seis (26) de abril e o outro na sexta-feira dia trinta (30) de abril e que ambos deveriam ser pagos no momento em que fossem recebê-los e que o valor de cada caminhão era Cr\$ 1.269.000.000,00 (um bilhão duzentos e sessenta e nove milhões de cruzeiros). O vereador Arlindo Vogel perguntou ainda ao Prefeito se todos os cargos para os quais foi aberto concurso seriam lotadas. O Prefeito respondeu, dizendo que só seriam admitidos aqueles os quais fossem necessários. Ainda o Prefeito fez a ressalva de que o convênio médico firmado com Ivoti não foi realizado antes porque as condições apresentadas pela Prefeitura de Ivoti não atendiam as necessidades da população de Presidente Lucena e o valor a ser pago pelo tipo de serviço prestado era elevado demais. Mas que devido à negociações havia-se chegado a um acordo, mas que isso havia custado tempo, aproveitando também o momento o vereador Mauro pediu que fosse enviada correspondência ao Executivo solicitando que fosse patrolada a antiga rua que dá acesso a Vila Rica. O vereador Arlindo Vogel também aproveitando pediu que fosse enviada correspondência ao Executivo solicitando que o mesmo adquira brita para colocar sobre as estradas em dias de chuva. Também o vereador Agenor Eloir Schmidt aproveitando a oportunidade pediu que fosse enviada correspondência ao Executivo, solicitando que sejam aterrados os canos de esgoto em frente a Agropecuária Dhein. Como mais nada houvesse para ser deliberado, o Presidente agradeceu a presença do Prefeito na reunião, marcando a seguinte em caráter ordinário, para o dia vinte e oito (28) de abril do corrente ano, no mesmo local e horário. E para constar, César Alberto Karling, Assessor legislativo, elaborou a presente Ata, a qual após lido e aprovada, será subscrita pelo Presidente e Secretário da Mesa Diretora.